

Artigo



HISTÓRIA COMPARADA – DA CONTRIBUIÇÃO DE MARC BLOCH À CONSTITUIÇÃO DE UM MODERNO CAMPO HISTORIOGRÁFICO

José D'Assunção Barros*

Resumo:

Este artigo busca esclarecer e discutir alguns aspectos relacionados à História Comparada, considerada aqui como um campo historiográfico específico. Parte-se de algumas considerações acerca do contexto de origem desta modalidade historiográfica. Em seguida, o texto discute o comparativismo histórico a partir da contribuição prática e teórica de Marc Bloch. O principal propósito é atingir um maior delineamento deste campo de estudos, e o texto encerra-se com uma síntese dos aspectos que podem ser considerados basilares para a constituição da História Comparada como campo historiográfico específico.

Palavras-Chave: História Comparada; Método Comparativo; Comparação

Abstract:

This article attempts to discuss some aspects related to the Comparative History, considered here as a specifically historiographical field. The initial point is based on some ideas about the context of the origins of this historiographical modality. After this, the text discusses the historical comparativism, examined through the theory and practical contributions from Marc Bloch. The main purpose is to reach a delineation of this field of studies, and the text ends with a synthesis of the aspects that can be considered basic for the constitution of the Comparative History as a specific historiographical field.

Keywords: Comparative History; Comparative Method; comparison

* Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (Niterói, Rio de Janeiro). Professor dos cursos de Graduação e Mestrado em História da Universidade Severino Sombra (Vassouras, RJ). Recentemente, publicou os livros *O Campo da História* (Petrópolis: Vozes, 2004), *O Projeto de Pesquisa em História* (Petrópolis: Vozes, 2005), e *Cidade e História* (Petrópolis: Vozes, 2006). E-mail: jose.assun@globo.com.

HISTÓRIA SOCIAL	Campinas – SP	Nº 13	07–21	2007
-----------------	---------------	-------	-------	------

Há cerca de oitenta anos atrás, um importante artigo de Marc Bloch sobre a ‘História Comparada’ (BLOCH, 1928, p. 15-50) buscava afirmar em um universo historiográfico prestes a se revolucionar uma nova e instigante promessa historiográfica. O ambiente intelectual europeu mostrava-se então bastante propício à formulação de novas idéias no campo da historiografia, e esta estava de fato prestes a conhecer uma verdadeira revolução historiográfica, tanto a partir de um grupo que logo ficaria conhecido como Escola dos Annales, na França, como a partir dos novos desenvolvimentos do Materialismo Histórico, por todo o mundo. Neste ambiente revolucionário em termos de inovações teóricas, metodológicas e interdisciplinares, não tardariam a surgir inúmeras modalidades historiográficas que deixariam para trás o monolítico universo da História Política que se fazia no século XIX.

Ao mesmo tempo em que a proposta de uma “História Comparada” introduz-se como uma nova possibilidade historiográfica entre outras tantas, ela se apresenta como um anseio bastante singular para responder a um contexto histórico bastante específico. O mundo, então, já conhecera os horrores da Primeira Grande Guerra, e outros horrores ainda maiores estavam por vir com a ascensão do Nazismo e a eclosão do segundo grande conflito mundial. Respirava-se então, em uma parte pelo menos significativa da intelectualidade europeia, um certo ar de desânimo em relação aos caminhos que tinham sido trilhados através daquele exacerbado culto ao Nacionalismo que tanto caracterizara a estruturação dos estados-nações nos séculos anteriores. Mais ainda, de modo geral os historiadores tinham desempenhado no século anterior um papel bastante relevante na organização institucional dos Estados-nações, na estruturação de arquivos para o registro da memória nacional, na construção de narrativas laudatórias que exaltavam cada nação em particular, e que por vezes chegavam mesmo a conclamar indiretamente à Guerra. Alguns, como François Guizot (1787-1874), tinham mesmo ocupado postos governamentais; outros, como Michelet (1789-1874), haviam chefiado arquivos nacionais em seus países. Agora, diante dos aspectos nefastos daquele processo de

exacerbação nacionalista que resultara em tão terrível desastre, era compreensível que, no complexo e multi-diversificado circuito dos historiadores profissionais, surgissem aqui e ali os vestígios de um certo “mal estar” da historiografia. Não era um sentimento necessariamente predominante em todos os países e ambientes, mas este mal-estar certamente se fazia presente.

Não é de se estranhar que, neste mesmo contra-clima de desapontamento em relação ao nacionalismo radicalizado – que de resto seguiria adiante pelas décadas vindouras – tenham se fortalecido os primeiros sonhos de ultrapassagem dos antigos modelos propugnados por aquela velha historiografia nacionalista, que até então estivera sempre tão bem acomodada às molduras nacionais. É neste ambiente que surgem os primeiros esforços de sistematização de uma História Comparada – ou melhor, é neste ambiente que emerge a assimilação mais sistemática do comparativismo histórico pelos historiadores profissionais ou por sociólogos que abordaram de algum modo a perspectiva da História. Tal como propunham autores vinculados a propostas as mais diversas – e aqui podemos incluir nomes como o de Marc Bloch, Toynbee ou Norbert Elias – “comparar” era de algum modo abrir-se para o diálogo, romper o isolamento, contrapor ao mero orgulho nacional um elemento de “humanidade”, e, por fim, questionar a intolerância recíproca entre os homens – esta que logo seria coroadada com a explosão da primeira bomba atômica.

No intuito de melhor delimitarmos a reflexão que estará sendo desenvolvida neste ensaio, consideraremos que a História Comparada – campo que começava a se delinear ainda discretamente naqueles tempos – constitui antes de mais nada uma modalidade historiográfica fortemente marcada pela complexidade, já que se refere tanto a um ‘modo específico de observar a história’ como à escolha de um ‘campo de observação’ específico – mais propriamente falando, uma espécie de “duplo campo de observação”, ou mesmo um “múltiplo campo de observação”. Situa-se portanto entre aqueles campos históricos que são definidos por uma “abordagem” específica – por um modo próprio de fazer a história, de observar os fatos ou de analisar as fontes. Resumindo em duas

indagações que a tornam possível, a História Comparada pergunta simultaneamente: “o que observar?” e “como observar?”. E dá respostas efetivamente originais a estas duas indagações.

Para compreender de que maneira a História Comparada responde a estas duas questões fundamentais, será imprescindível mergulharmos na compreensão deste gesto fundador – a “comparação” – que dá o próprio nome e uma substância específica a esta modalidade historiográfica. Antes de mais nada, consideraremos que “comparar” é uma maneira bastante específica de propor e pensar as questões. Frequentemente nos deparamos com esta forma intuitiva de abordagem quando nos deparamos na vida cotidiana com situações novas, e neste caso a *comparação* nos ajuda a precisamente a compreender a partir de bases mais conhecidas e seguras aquilo que nos é apresentado como novo, seja identificando semelhanças ou diferenças. Comparar é um gesto espontâneo, uma prática que o homem exercita nas suas atividades mais corriqueiras, mas que surge com especial intensidade e necessidade quando ele tem diante de si uma situação nova ou uma realidade estranha.

A comparação neste momento – diante do desafio ou da necessidade – impõe-se como método. Trata-se de iluminar um objeto ou situação a partir de outro, mais conhecido, de modo que o espírito que aprofunda esta prática comparativa dispõe-se a fazer analogias, a identificar semelhanças e diferenças entre duas realidades, a perceber variações de um mesmo modelo. Por vezes, será possível ainda a prática da “iluminação recíproca”, um pouco mais sofisticada, que se dispõe a confrontar dois objetos ou realidades ainda não conhecidos de modo a que os traços fundamentais de um ponham em relevo os aspectos do outro, dando a perceber as ausências de elementos em um e outro, as variações de intensidade relativas à mútua presença de algum elemento em comum. Será por fim possível, se o que se observa são dois objetos ou realidades dinâmicas em transformação, verificar como os elementos identificados através da comparação vão variando em alguma direção mais específica – de modo que se possa identificar um certo padrão de transformações no decurso de um

tempo – e, mais ainda, se temos duas realidades contíguas, como uma influencia a outra, e como as duas a partir da relação recíproca terminam por se transformar mutuamente.

Já nestes níveis de análise, a comparação não mais se mostra um mero gesto intuitivo, de domínio comum e cotidiano, mas sim um método próprio que oferece àquele que a utiliza determinadas potencialidades e certos limites, forçando-o antes de mais nada a definir o que pode e o que não pode ser comparado, a refletir sobre as condições em que esta comparação pode se estabelecer, a formular estratégias e modos específicos para a observação mais sistematizada das diferenças e variações, acrescentando-se ainda a necessária reflexão de que alguns tipos de objetos permitem este ou aquele modo de observação e de análise, e não outro. Seria oportuno, aqui, indagar pela natureza do momento em que o gesto comparativo passa da prática intuitiva e espontânea para outro patamar, onde se erige em método, em escolha tornada consciente e acompanhada de autocrítica, de procedimentos, de sistematização.

Evocaremos neste momento a contribuição bastante específica de Marc Bloch para a História Comparada, que nas mãos do historiador francês torna-se antes de tudo uma “História Comparada Problema”. Para além desta introdução fundamental da História Comparada no ambiente da “História-Problema” proposto pelos Annales, Bloch teve grande importância como sistematizador do método comparativo de maneira geral, seja a partir de suas considerações teóricas – expressas em dois textos importantes¹ – seja a partir de suas realizações práticas. Será imprescindível compreender, neste caso, o seu esforço de sistematização – este que hoje pode beneficiar os historiadores comparatistas de diversificadas vertentes.

Para melhor clarificar os conceitos fundacionais relacionados à questão da História Comparada, de acordo com a via que se consolidaria a partir de Marc Bloch, convém antes de mais nada distinguir a História Comparada

¹ (1) BLOCH, 1928, p.15-50. (2) BLOCH, 1930.

“propriamente dita” – vista aqui como um campo intradisciplinar específico – do “comparativismo histórico”, em sentido mais amplo.

De um modo ou de outro, o historiador sempre utilizou a comparação como parte de seus recursos para compreender as sociedades no tempo, embora não necessariamente como um método sistematizado. De todo modo, poderemos lembrar aqui a formulação de Paul Veyne, que retoma um pressuposto de Giambattista Vico e considera que “toda história é história comparada” (VEYNE, 1983)². Sobre esta questão, diremos que – mesmo quando nos referimos ao comparativismo como método – é evidente que poderemos sempre atribuir um sentido mais específico ao “comparativismo histórico” como abordagem possível, e não como algo que estaria implícito a todo o “fazer histórico” consoante à fórmula enunciada por Veyne. “Comparar”, “elencar semelhanças e diferenças” e “estabelecer analogias” são naturalmente ações tão familiares ao historiador como contextualizar os acontecimentos ou dialogar com as suas fontes. Mas para falarmos em um “método comparativo” é preciso, tal como já pontuamos no início deste ensaio, ultrapassar aquele uso mais próximo da intuição e da utilização cotidiana da comparação para alcançar um nível de observação e análise mais profundo e sistematizado, para o qual “o que se pode comparar” e o “como se compara” tornam-se questões relevantes, fundadoras de um gesto metodológico.

Posto isto, já para definir a “História Comparada” como um campo específico, consideraremos ainda que será preciso se ter em vista uma modalidade que não apenas lança mão do “comparativismo histórico” como método – por exemplo, como método aplicável à análise de determinados tipos de fontes ou séries de acontecimentos – e sim como uma modalidade que estabelece campos de trabalho ou de observação muito bem delineados. A História Comparada, antes do mais, seria uma modalidade historiográfica que

² Referindo-se a um outro âmbito de questões, também Witold Kula ressalta a idéia de que nenhum trabalho científico, por limitado e monográfico que seja, pode dispensar totalmente o método comparativo, o que inclui a História (KULA, 1973, p. 571).

atua de forma simultânea e integradora sobre campos de observação diferenciados e bem delimitados – campos, a bem dizer, que ela mesma constitui e delinea. Para o caso daquele tipo de História Comparada que coloca em confronto duas realidades nacionais diferenciadas, estes campos podem ter até suas bases já admitidas por antecipação, é verdade, mas sempre é bom se ter em vista que os universos a serem comparados nas ciências humanas são sempre de algum modo construções do próprio historiador ou do cientista social – não são necessariamente conjuntos já dados ou passíveis de serem admitidos previamente, frisaremos aqui.

Esta bem fundamentada perspectiva de comparativismo histórico tem como um de seus marcos teóricos mais importantes o célebre VIº Congresso Internacional de Ciências Históricas de Oslo (1928), no qual Marc Bloch desenvolveria uma conferência – logo transformada no já mencionado artigo – que objetivava refletir precisamente sobre as potencialidades do estudo comparado na História (BLOCH, 1928). Na verdade, estas considerações teóricas de Bloch sobre o comparativismo histórico podem ser consideradas uma decorrência de sua primeira realização prática neste sentido: a obra *Os Reis Taumaturgos* (BLOCH, 1993), que havia sido publicada alguns anos antes, em 1924. Será oportuno retomarmos, neste momento, as reflexões de Marc Bloch sobre o comparativismo histórico, pronunciadas no Congresso de Oslo.

Em primeiro lugar, Marc Bloch procura fixar os requisitos fundamentais sobre os quais poderia ser constituída uma História Comparada que realmente fizesse sentido. Sua conclusão é a de que dois aspectos irredutíveis seriam imprescindíveis: de um lado uma certa similaridade dos fatos, de outro, certas dessemelhanças nos ambientes em que esta similaridade ocorria. A semelhança e a diferença, conforme se vê, estabelecem aqui um jogo perfeitamente dinâmico e vivo: sem analogias e sem diferenças não é possível se falar em uma autêntica História Comparada. De igual maneira, Bloch visualizou dois grandes caminhos que poderiam ser percorridos pelos historiadores dispostos a lançar mão do comparativismo na História. Seria possível comparar sociedades distantes no

tempo e no espaço, ou, ao contrário, sociedades com certa contigüidade espacial e temporal. No caso da comparação de sociedades distanciadas no espaço e no tempo tinha-se uma situação singular: a ausência de interinfluências entre as duas sociedades examinadas. Neste caso, o trabalho consistiria basicamente na busca de analogias – situação para a qual poderemos exemplificar com a possibilidade de estabelecer uma comparação entre o que se poderia chamar de “feudalismo europeu” e o que poderia ser denominado “feudalismo japonês”, duas realidades afastadas no espaço, em uma época em que não poderiam transmitir influências uma à outra³. Os riscos típicos deste caminho representado pela possibilidade de comparação entre sociedades não-contíguas é naturalmente o da falsa analogia ou do “anacronismo” – transplante de um modelo válido para uma época ou espacialidade social para um outro contexto histórico onde o modelo não tenha sentido real, correspondendo apenas a uma ficção estabelecida pelo próprio historiador.

Quando nos referimos a “sociedades contíguas”, teremos em vista que o próprio conceito de contigüidade muda de uma época em relação à outra. Na época da mundialização, e mais ainda, no período da globalização, duas sociedades afastadas espacialmente tem possibilidades imediatas de inter-influência, não correspondendo à situação estanque que se tinha nos períodos em que a comunicação era menos imediata. De igual maneira, cabe salientar que a comparação não precisa relacionar necessariamente realidades nacionais distintas, podendo corresponder também a ambientes sociais distintos, que se pretenda comparar.

Posto isso, consideraremos o segundo grande caminho apontado por Marc Bloch para uso da comparação histórica – na verdade aquele que ele mesmo

³ Um exemplo de História Comparada envolvendo sociedades distanciadas, agora relativamente às suas temporalidades, está na pesquisa de Robert Darnton sobre a Censura, na qual o historiador americano examina em três espaço-tempos bem diversificados: a França do Antigo Regime, a Índia britânica do século XIX, e a Alemanha Oriental do século XX (cf. “Entrevista com Robert Darnton” in PALLARES-BURKE, 2000).

preconizava como preferível. Trata-se aqui de comparar sociedades próximas no tempo e no espaço, que exerçam influências recíprocas. A vantagem de comparar sociedades contíguas está precisamente em abrir a percepção do historiador para as influências mútuas, o que também o coloca em posição favorável para questionar falsas causas locais e esclarecer, por iluminação recíproca, as verdadeiras causas, interrelações ou motivações internas de um fenômeno e as causas ou fatores externos. Será importante ainda salientar que, para empreender este caminho da História Comparada que atua sob realidades históricas contíguas – por exemplo, duas realidades nacionais sincrônicas – o historiador deve estar apto a identificar não apenas as semelhanças como também as diferenças. O exemplo mais concreto que Marc Bloch pôde oferecer desta abordagem, já aplicada a uma investigação histórica específica, foi a sua primorosa obra de 1924: *Os Reis Taumaturgos*. Ao mesmo tempo, o artigo teórico elaborado em 1928 pelo historiador francês tornou-se uma espécie de pedra fundamental da História Comparada, no qual já veremos claramente os caminhos privilegiados por Marc Bloch no interior desta modalidade historiográfica em formação:

Estudar paralelamente sociedades vizinhas e contemporâneas, constantemente influenciadas umas pelas outras, sujeitas em seu desenvolvimento, devido a sua proximidade e a sua sincronização, à ação das mesmas grandes causas, e remontando, ao menos parcialmente, a uma origem comum (BLOCH, 1928, p. 19).

O que se havia realizado em *Os Reis Taumaturgos* senão este modelo? Teremos aqui duas sociedades medievais vizinhas – a francesa e a inglesa – ambas com um imaginário em comum e com repertórios de representações similares, que serão investigados pelo historiador à luz de um mesmo problema comum que os atravessa: o da crença popular no poder taumatúrgico de seus reis. As duas sociedades se inter-influenciam; as duas cortes que se beneficiam das representações taumatúrgicas – a capetíngia na França e a plantageneta

na Inglaterra – rivalizam uma com a outra, movimentam-se, mesmo, no contexto desta iluminação e rivalidade recíprocas. O material histórico adequa-se, portanto, ao caminho proposto pelo modelo preconizado por Bloch: duas sociedades sincrônicas que guardam entre si relações interativas, e que juntas oferecem uma visão clara de um problema comum que as atravessa. Sem uma ou outra, no mero âmbito de uma história nacional, não poderia ser compreendida a questão da apropriação política do imaginário taumatúrgico que se desenvolve nas monarquias européias, das origens em comum deste mesmo imaginário, das intertextualidades que se estabelecem, do confronto do modelo taumatúrgico com outros modelos de realeza. Assim, História Comparada das realezas francesa e inglesa através do imaginário taumatúrgico contribui, de algum modo, para compreender a Europa de maneira mais plena.

Desde a época de Bloch, e sobretudo a partir da segunda metade do século XX, muitas foram as contribuições enquadráveis no âmbito da História Comparada. Pode-se dizer que o enriquecimento da História Comparada enquanto campo que já começa a se definir em meados do século dá-se em dois níveis: por um lado com o crescimento de diálogos interdisciplinares da História com outros campos do saber, como a Antropologia, a Sociologia, a Geografia e a Economia; por outro lado, através de uma maior variedade de escalas de observação a partir das quais se organizam as diversas perspectivas de exercício do comparativismo histórico. A variação na escala de comparação – o âmbito civilizacional, nacional, regional, local, intra-urbano, e assim por diante – desemboca, por fim, na possibilidade de comparar grupos étnicos ou identitários, práticas culturais mais específicas, realidades literárias, havendo mesmo os trabalhos de historiografia comparada como um campo a mais de interesses.

Será oportuno finalizar este artigo com um delineamento final acerca do que poderá ser legitimamente localizado sob a rubrica de uma “História Comparada” – tanto por oposição ao simples “comparativismo histórico”, como também por oposição às sínteses globais de história que examinam as várias realidades nacionais como blocos em superposição. Com relação a este último

aspecto, convém acompanhar a ponderação de Heinz-Gerhard Haupt (1998, p. 210, 211), que nos alerta para o fato de que não constituem História Comparada as grandes sínteses internacionais que tem por temática algo como a *História Econômica e Social do Mundo*, ou mesmo a história das relações entre países⁴. De igual maneira, uma História das Civilizações que simplesmente forneça um grande panorama descritivo de diversas civilizações históricas não estará sendo produzida sob o signo da História Comparada, a não ser que haja uma interação entre as observações que se acham relacionadas aos vários focos de análise. A busca de analogias e diferenças, neste caso, será obviamente imprescindível para que não se tenha um mero quebra-cabeças civilizacional. A História Comparada, enfim, não se pode reduzir à mera coletânea de histórias nacionais.

De fato, acrescentaremos aqui, um bom trabalho de 'História Comparada' mostra-se freqüentemente atravessado por um problema: este pode corresponder desde a representação taumatúrgica em duas realidades nacionais distintas, tal como propôs Marc Bloch com *Os Reis Taumaturgos*, como à transformação histórica do fenômeno urbano, tal como propôs Max Weber com sua obra sobre *A Cidade*. Não se trata, obviamente, de superpor realidades nacionais ou regionais distintas para montar um quebra-cabeças a partir de manobras de superposição, ou de simplesmente historiar uma relação entre dois países. A História Comparada consiste, grosso modo, na possibilidade de se examinar sistematicamente como um mesmo problema atravessa duas ou mais realidades histórico-sociais distintas, duas estruturas situadas no espaço e no tempo, dois repertórios de representações, duas práticas sociais, duas histórias de vida, duas mentalidades, e assim por diante. Faz-se por mútua iluminação de dois focos distintos de luz, e não por mera superposição de peças.

De igual maneira, já fizemos notar que, se o 'método comparativo' é necessário ou mesmo imprescindível à 'História Comparada', não será certamente 'suficiente' para defini-la em toda a sua integridade, uma vez que

⁴ O exemplo dado por Haupt é a *Histoire économique et sociale du monde*, de Pierre LEÓN (Paris: 1978-1982).

este mesmo método comparativo também pode ser empregado por outras modalidades historiográficas, inclusive nos trabalhos monocentros que utilizam a comparação apenas para melhor delinear um objeto único de análise. Por fim, será preciso lembrar que o comparativismo pode corresponder apenas a um momento de uma determinada análise historiográfica – àquele capítulo inicial ou terminal de uma tese problematizada em que o autor aproveita para situar o seu objeto diante de outros análogos ou contrastantes, por exemplo – e isto sem que necessariamente o trabalho como um todo possa ser adequadamente inserido dentro da rubrica da História Comparada, já que nesta o comparativismo deve corresponder a uma marca indelével que atravessa a obra como um todo.

Com relação aos riscos e armadilhas a evitar no âmbito da História Comparada, estes são certamente diversos. Para realidades histórico-sociais afastadas no tempo há a célebre questão do *anacronismo* – isto é, o transporte de um elemento típico de uma sociedade historicamente localizada para uma outra em que o elemento não se enquadre. Outro risco freqüente está na *leitura forçada*, isto é, na insistência em ajustar todas as realidades examinadas a um determinado modelo que já se encontrava definido previamente, ou então na eleição indevida de um caso como paradigma para avaliar por aproximação ou afastamento em relação a ele todos os demais.

Por vezes, a História Comparada pode rondar aquilo que poderíamos chamar de “ilusão sincrônica”. A idéia de que todas as sociedades são comparáveis se se encontram em estágios similares de desenvolvimento, uma tentação à qual nem todos resistem, deve ser confrontada com a simples consciência de que determinada sociedade pode estar em situação análoga a outra mas estar vindo de uma situação completamente distinta (ou seja, possuir uma história anterior bem diferente) e indo para situações também diferenciadas no futuro. Enfim, a “ilusão sincrônica”, cedendo à tentação de comparar sociedades como se fossem unidades estáticas imobilizadas no tempo, se esquece de considerar que na verdade cada sociedade tem seu dinamismo próprio, inerente a um processo de transformações que se estabelece em uma diacronia

(no decurso de uma temporalidade). A comparação de dois pontos – meramente motivada pela similitude momentânea – pode levar o historiador a comparar inadequadamente processos incomparáveis.

Em seguida, de modo a estabelecer um delineamento final, sintetizaremos os aspectos essenciais que constituem a História Comparada como campo histórico específico. Um Duplo ou Múltiplo Campo de Observação – ou um âmbito multifocal de análise, por assim dizer – eis aqui a condição primeira, conforme pudemos examinar desde o princípio deste ensaio, para que se possa falar legitimamente de uma modalidade definível como “História Comparada” e não apenas de uma prática historiográfica que utiliza “metodologias comparativas”. Estas, naturalmente, também são características da modalidade, embora não suficientes para defini-las, e via de regra baseiam-se na percepção de diferenças e semelhanças, na produção de analogias, na identificação de traços de singularidade, na elaboração de tipologias, na construção de modelos de aproximação, na sujeição dos casos em estudo a uma avaliação de comportamento diante de variáveis fixas, e assim por diante.

Para além destes aspectos basilares, os trabalhos de História Comparada submetem-se habitualmente a uma certa *escala* de inscrição. No contexto de formação deste campo intradisciplinar da História na primeira metade do século XX, esta escala era sempre de maior amplitude: ou ao nível das nações – mais freqüente – ou ao nível das civilizações, tal como propuseram Spengler e Toynbee. Contudo, gradualmente a História Comparada foi assimilando novos objetos e inscrevendo-se em outras possibilidades de escalas. A “região”, que muitos vinham tratando de forma isolada ou quando muito relacionada à sua inserção em um contexto nacional mais amplo, passou a certa altura a admitir um trabalho comparativo que confrontava várias regiões distintas – inseridas em um mesmo contexto nacional ou não. Ambientes ainda menores – vizinhanças, grupos sociais ou étnicos, unidades de trabalho – ou realidades difusas que não se concretizavam necessariamente em espacialidades definidas, como as práticas culturais por exemplo, também se abriram como possibilidades

para os estudos de História Comparada. As realidades literárias, virtuais ou imaginárias, as mentalidades e os circuitos de representações, também a estes focos se adaptaram as escalas possíveis de serem utilizadas na História Comparada. As vidas humanas individuais, confrontadas em análises paralelas, reeditaram a antiqüíssima proposta de Plutarco. E, por fim, a própria escolha de um problema histórico muito específico a ser examinado nos permitira falar em uma “escala problematizadora”, que já não é definida por espacialidades reais ou imaginárias, nem pela unidade de uma vida ou grupo social, e sim pela força e complexidade de uma problematização específica. Diante de todas estas novas escalas, embora a História Comparada não tenha conquistado uma grande quantidade de realizações em relação a outras modalidades da História, certamente ela se diversificou.

A “perspectiva” é outro elemento que deve ser considerado para melhor delinear a História Comparada como campo histórico específico. Naturalmente que a perspectiva escolhida tem a ver com os objetivos ou as intenções do historiador: generalizar a partir dos casos que examina; inseri-los todos em um sistema globalizador que lhes dê sentido; ou, ao contrário, buscar com o trabalho comparativo a “individualização” e a “diferenciação”, onde cada caso examinado conquista a sua singularidade através da construção do historiador. Estas e outras mais perspectivas, relacionadas simultaneamente com modos de trabalho e concepções da realidade histórica, surgem no repertório de possibilidades da História Comparada.

Relacionados por vezes a visões de mundo ou a concepções historiográficas específicas – como a História Comparada das Civilizações à maneira de Spengler ou Toynbee, ou com a “História Comparada problematizadora” ao modo de Marc Bloch – também os gêneros de História Comparada foram surgindo, criando ou reeditando domínios históricos como a Biografia Comparada, a Historiografia Comparada, a Crítica Comparada da Literatura histórica. Todos ou alguns destes sub-gêneros, enfim, conforme o que se tenha em vista seja um estudo da cultura, do poder, da população, da

economia, terminaram por se inscrever em conexões diversificadas da História Comparada com outras modalidades historiográficas – uma articulação intradisciplinar que não permite que este ou aquele trabalho historiográfico se situe senão em um campo de forças no qual a História Comparada deposita a sua energia e a sua especificidade. Eis aqui, enfim, um campo historiográfico complexo, à disposição dos historiadores.

Bibliografia

BLOCH, Marc. “Pour une histoire comparée des sociétés européennes”. *Revue de Synthèse Historique*. 6: 15-50, 1928.

_____. “Comparaison”, *Bulletin du Centre International de Synthèse*. n° 9, Paris: junho de 1930 17-35.

_____. *Os Reis Taumaturgos – o caráter sobrenatural do Poder Régio. França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HAUPT, Heinz-Gerhard. “O lento surgimento de uma História Comparada” In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.) *Passados Recompuestos*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.

KULA, Witold. *Problemas y métodos de la historia econômica*. Barcelona: Ediciones Península, 1973.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia (org.) *As muitas faces da História*. São Paulo: UNESP, 2000.

SPENGLER, Oswald. *The Decline of the West*. New York: A. A. Knopf, 1926-1928.

TOYNBEE, Arnold. *Study of History*. Londres: Oxford University Press, 1934-1961.

VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História*. Brasília: UNB, 1983.

WEBER, Max. *The City*. New York: Paperback, 1966.